

## Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

1º Trimestre de 2019

### **Necessidade de financiamento da economia atingiu 0,2% do PIB**

A economia portuguesa apresentou uma necessidade de financiamento de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano acabado no 1º trimestre de 2019 (no 4º trimestre de 2018 o saldo tinha sido positivo em 0,2% do PIB), interrompendo a série de saldos positivos iniciada no 3º trimestre de 2012. Na origem deste resultado esteve o saldo negativo nas transações de bens e serviços com o exterior, com as importações e exportações a registarem taxas de variação de 2,1% e 1,0%, respetivamente.

A existência de necessidade de financiamento externo esteve associada, em larga medida, à aceleração da Formação Bruta de Capital. Efetivamente, o aumento de 2,1% da Poupança Bruta da economia no ano acabado no 1º trimestre de 2019, foi insuficiente para financiar o aumento de 4,4% da Formação Bruta de Capital. O aumento do investimento foi particularmente expressivo no setor das sociedades não financeiras em que a respetiva taxa de investimento atingiu 24,1%, a taxa mais elevada desde 2010.

A capacidade de financiamento das Famílias recuou para 0,4% do PIB no 1º trimestre de 2019, menos 0,3 p.p. do que no trimestre anterior. Esta evolução traduziu também sobretudo o crescimento do investimento, tendo-se reduzido marginalmente a taxa de poupança em 0,1 p.p., para 4,5% do rendimento disponível.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu para 0,1% do PIB no ano terminado no 1º trimestre de 2019. Tomando como referência valores trimestrais, o saldo das AP foi positivo no 1º trimestre de 2019, fixando-se em 0,4% do PIB (-1,0% em igual período do ano anterior).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 1º trimestre de 2019.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional:

- Sociedades Não Financeiras;
- Sociedades Financeiras;
- Administrações Públicas;
- Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF);
- Resto do Mundo.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano

acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_cnacionais](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais)

## Necessidade de financiamento da economia atingiu 0,2% do PIB

A economia Portuguesa registou uma necessidade de financiamento de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no 1º trimestre de 2019, o que compara com uma capacidade de financiamento de 0,2% no 4º trimestre de 2018. Esta inversão resultou do comportamento das transações de bens e serviços com o exterior que, pela primeira vez desde o final de 2012, apresentaram saldo negativo.

O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registaram variações de 1,0% e 0,9%, respetivamente. O crescimento do RNB inferior ao PIB refletiu o agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior.

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) registou um crescimento de 1,0%, superior em 0,2 pontos percentuais (p.p.) ao aumento da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinando um aumento de 2,1% da poupança bruta (variação nula no trimestre anterior). A poupança da economia representou 16,9% do PIB no 1º trimestre de 2019 (16,7% no trimestre anterior).

O aumento de 4,4% da Formação Bruta de Capital (FBC) superou o aumento da poupança bruta, originando uma necessidade de financiamento da economia de 0,2% do PIB.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional.

A necessidade de financiamento das AP reduziu-se para 0,1% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2019, que compara com uma necessidade de financiamento

de 0,5% do PIB no trimestre anterior. A melhoria do saldo refletiu sobretudo o aumento da receita de impostos sobre a produção e das contribuições sociais.

O saldo negativo das Sociedades Não Financeiras (SNF) agravou-se 0,5 p.p. no 1º trimestre de 2019, para -2,4% do PIB, em consequência sobretudo da aceleração do investimento. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras estabilizou em 1,9% do PIB.

O saldo externo de bens e serviços passou de positivo no 4º trimestre de 2018 (0,2% do PIB) para negativo no 1º trimestre de 2019, fixando-se em -0,3% do PIB (ver gráfico 2).

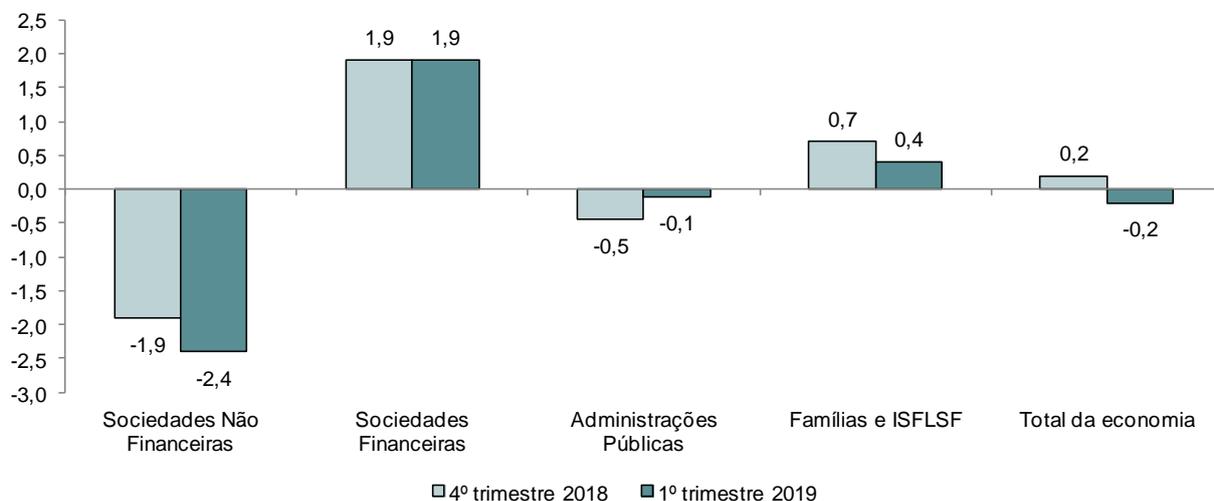
Quadro 1: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2015T1	174 810	1,0	171 299	0,7	173 613	0,8
2015T2	176 641	1,0	172 327	0,6	174 538	0,5
2015T3	178 203	0,9	173 836	0,9	176 013	0,8
2015T4	179 809	0,9	174 868	0,6	177 168	0,7
2016T1	181 598	1,0	177 237	1,4	179 442	1,3
2016T2	183 085	0,8	178 490	0,7	181 097	0,9
2016T3	184 760	0,9	179 948	0,8	182 555	0,8
2016T4	186 480	0,9	182 176	1,2	184 660	1,2
2017T1	188 378	1,0	183 876	0,9	186 826	1,2
2017T2	190 485	1,1	186 187	1,3	188 954	1,1
2017T3	192 412	1,0	188 187	1,1	191 130	1,2
2017T4	194 613	1,1	190 364	1,2	193 458	1,2
2018T1	196 201	0,8	192 395	1,1	195 272	0,9
2018T2	197 630	0,7	192 850	0,2	195 893	0,3
2018T3	199 459	0,9	194 219	0,7	197 288	0,7
2018T4	201 613	1,1	196 474	1,2	199 613	1,2
2019T1	203 545	1,0	198 289	0,9	201 683	1,0

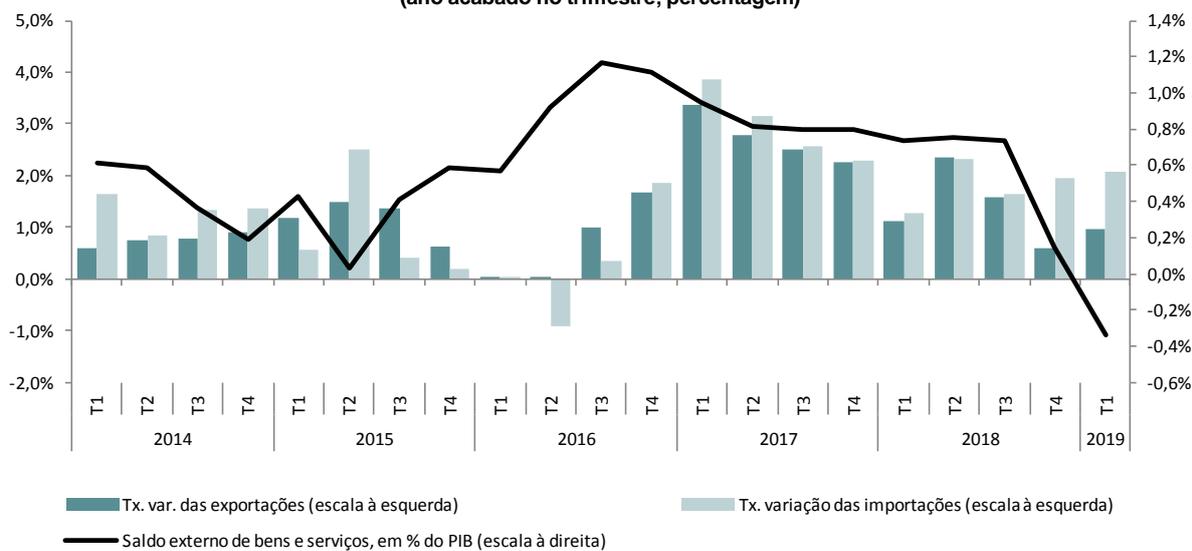
Quadro 2 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade(-) de Financiamento un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2015T1	15,0	1,2	15,2	1,0
2015T2	14,6	1,2	15,8	0,1
2015T3	14,9	1,1	15,7	0,3
2015T4	14,9	1,2	15,8	0,3
2016T1	15,4	1,1	16,0	0,5
2016T2	15,7	0,9	15,9	0,7
2016T3	15,8	1,0	15,8	0,9
2016T4	15,9	0,9	15,7	1,0
2017T1	16,1	1,0	16,0	1,1
2017T2	16,4	0,9	16,4	1,0
2017T3	16,8	0,9	16,7	1,1
2017T4	17,1	0,8	16,9	1,1
2018T1	17,4	0,8	17,1	1,1
2018T2	17,0	0,8	17,1	0,8
2018T3	16,9	0,9	17,2	0,6
2018T4	16,7	0,9	17,5	0,2
2019T1	16,9	0,9	18,1	-0,2

**Gráfico 1 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)**



**Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços (ano acabado no trimestre; percentagem)**



### Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 0,4% do PIB

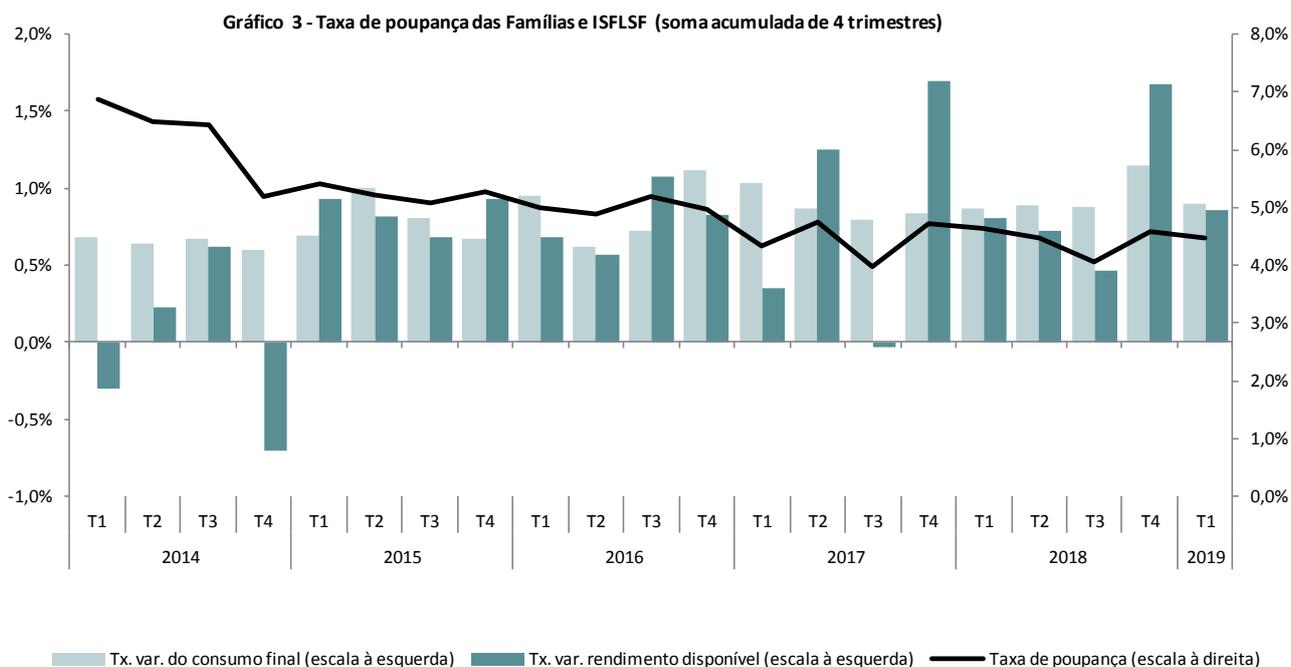
A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 0,4% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2019, menos 0,3 p.p. que no trimestre anterior, refletindo o aumento da formação bruta de capital em 4,4% e uma ligeira redução da poupança.

No gráfico 3 apresentam-se a taxa de poupança e as taxas de variação do rendimento disponível e da despesa de consumo final. Como se observa, a taxa de poupança das Famílias diminuiu para 4,5% do

rendimento disponível (4,6% no trimestre anterior), em resultado do aumento de 0,9% da despesa de consumo final superior em 0,1 p.p. ao crescimento do rendimento disponível.

A evolução do rendimento disponível das Famílias foi determinada pelo crescimento de 1,1% das remunerações, que explicam 0,7 p.p. do aumento do rendimento (ver quadro 3).

O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) das Famílias registou uma taxa de variação de 3,2% no 1º trimestre de 2019 (3,3% no trimestre anterior).



O RDB das famílias ajustado *per capita* fixou-se em 15,4 mil euros no 1º trimestre de 2019, o que correspondeu a um crescimento de 0,7% face ao trimestre anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são

adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

**Quadro 3: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., ano acabado no trimestre)**

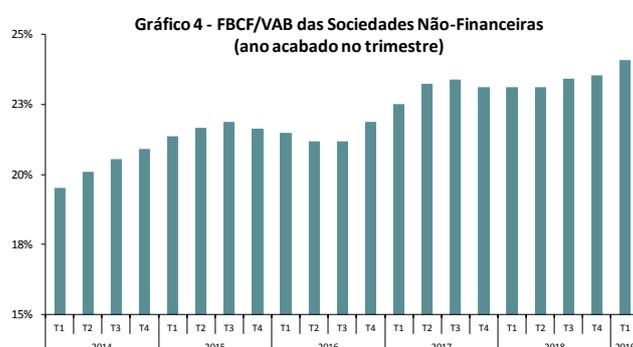
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração	Rendimentos de propriedade	Prestações sociais	Outras transferências correntes	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2018T1	0,6	0,2	0,1	-0,1	0,1	0,1	0,8
2018T2	0,7	0,2	-0,2	-0,1	0,0	-0,1	0,7
2018T3	0,7	0,2	0,0	-0,1	0,1	0,3	0,5
2018T4	1,2	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2	1,7
2019T1	0,7	0,2	-0,1	-0,2	0,3	0,2	0,8

### Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 2,4% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras agravou-se em 0,5 p.p., fixando-se em 2,4% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2019. Este resultado refletiu sobretudo o aumento em 4,8% da Formação Bruta de Capital (FBC), enquanto o Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 0,9%, mais 0,1 p.p. do que no trimestre anterior.

As remunerações pagas pelo setor registaram uma taxa de variação de 1,2%, inferior ao aumento do VAB, determinando um aumento de 0,5% do Excedente Bruto de Exploração.

A taxa de margem operacional do setor atingiu 38,4% (menos 0,6 p.p. que no trimestre anterior)<sup>2</sup>. A FBCF aumentou 3,3% no ano acabado no 1º trimestre de 2019, fixando-se a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 24,1%, o que corresponde ao valor máximo registado desde 2010.



### Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento situou-se em 1,9% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras manteve-se em 1,9% do PIB. A poupança corrente do setor registou um aumento de 1,4% no 1º trimestre de 2019 (0,4% no trimestre anterior), determinado pela variação de 0,9% do respetivo VAB. O saldo positivo dos rendimentos de propriedade diminuiu ligeiramente no 1º trimestre de 2019.

### Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu 0,4 p.p.

A necessidade de financiamento das AP diminuiu 0,4 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2019 relativamente ao ano acabado no trimestre anterior, tendo-se fixado em 0,1% do PIB. Esta melhoria foi determinada por um aumento da receita superior ao da

<sup>2</sup> Esta taxa é obtida pelo rácio entre o EBE e o VAB e corresponde à percentagem de valor criado que se destina à remuneração dos recursos financeiros aplicados nas empresas.

despesa, que se fixaram em 1,3% e 0,6%, respetivamente (ver quadros 4 e 5).

O comportamento da despesa refletiu os aumentos de 0,7% na despesa de capital e de 0,6% na despesa corrente. A variação da despesa corrente resultou do efeito combinado das diminuições de 1,3% e 0,5% nos encargos com juros e no consumo intermédio, respetivamente, e dos aumentos das prestações sociais, das despesas com pessoal e da outra despesa corrente, em 0,5%, 1,1% e 3,6%, respetivamente.

A receita total registou uma variação positiva de 1,3% correspondente aos aumentos de 1,3% da receita corrente e de 0,3% da receita de capital. O comportamento da receita corrente traduziu os aumentos registados em todas as suas componentes, nomeadamente dos impostos sobre o rendimento e património (1,1%), dos impostos sobre a produção e importação (1,0%), das contribuições sociais (1,3%), das vendas (2,2%) e da outra receita corrente (3,1%).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP foi positivo no 1º trimestre de 2019, situando-se em cerca de 178,5 milhões de euros (0,4% do PIB), o que compara com -1,0% em igual período do ano anterior, conforme se pode observar no quadro 6.

Face ao trimestre homólogo, no 1º trimestre de 2019 a despesa total e a receita total aumentaram 2,6% e 6,2%, respetivamente.

A despesa corrente aumentou 2,5% em resultado dos acréscimos das prestações sociais, despesas com pessoal e de outra despesa corrente nos valores de 2,1%, 5,2% e 14,3%, respetivamente, e de diminuições de 5,4%, 2,1% e 0,2%, nos encargos com juros, consumo intermédio e subsídios, respetivamente. A despesa de capital aumentou 5,1%, resultante dos acréscimos de 2,9% no investimento e de 13,4% na outra despesa de capital.

No que diz respeito à receita, verificou-se um aumento tanto na receita corrente como na receita de capital de 6,2% e 1,9%, respetivamente. A variação positiva da receita corrente justificou-se pelo aumento dos impostos sobre o rendimento e património (6,3%), dos impostos sobre a produção e a importação (4,4%), das contribuições sociais (5,9%), das vendas (10,3%) e da outra receita corrente (15,9%).

**Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre**

Unidade: 10<sup>6</sup> euros

	2018T1	2018T2	2018T3	2018T4	2019T1
<b>Receita total</b>	<b>83 596,3</b>	<b>84 163,7</b>	<b>86 218,3</b>	<b>87 713,7</b>	<b>88 877,5</b>
Receita corrente	82 812,0	83 461,7	85 353,2	86 853,7	88 014,7
Impostos sobre o rendimento e património	19 818,5	19 608,9	20 625,2	20 990,6	21 229,8
Impostos sobre a produção e importação	29 540,9	29 756,8	30 318,3	30 873,1	31 192,3
Contribuições sociais	22 843,3	23 097,7	23 316,0	23 800,6	24 117,5
Vendas	6 714,1	6 800,3	6 937,6	6 981,9	7 138,8
Outra receita corrente	3 895,2	4 198,0	4 156,1	4 207,5	4 336,2
Receita de capital	784,3	702,0	865,2	860,0	862,8
<b>Despesa total</b>	<b>85 045,7</b>	<b>86 259,2</b>	<b>86 575,7</b>	<b>88 626,5</b>	<b>89 124,7</b>
Despesa corrente	80 287,7	80 279,5	80 422,3	82 172,7	82 627,1
Prestações sociais	35 659,3	35 698,5	35 748,4	36 749,8	36 920,4
Despesas com pessoal	21 206,3	21 140,0	21 180,8	21 764,7	22 011,6
Juros	7 316,6	7 219,2	7 066,9	6 955,6	6 863,4
Consumo intermédio	10 536,3	10 681,4	10 821,0	10 930,0	10 878,7
Subsídios	872,9	865,1	834,8	797,3	797,0
Outra despesa corrente	4 696,2	4 675,5	4 770,4	4 975,3	5 156,2
Despesa de capital	4 758,0	5 979,6	6 153,4	6 453,8	6 497,6
Investimento <sup>(1)</sup>	3 698,5	3 854,5	4 013,2	4 060,2	4 080,2
Outra despesa de capital	1 059,6	2 125,1	2 140,2	2 393,6	2 417,4
<b>Saldo corrente</b>	<b>2 524,3</b>	<b>3 182,2</b>	<b>4 930,9</b>	<b>4 681,0</b>	<b>5 387,5</b>
<b>Saldo total</b>	<b>-1 449,4</b>	<b>-2 095,4</b>	<b>- 357,4</b>	<b>- 912,8</b>	<b>- 247,2</b>
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	72 971,1	73 060,4	73 355,4	75 217,2	75 763,8
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	196 201,0	197 629,8	199 459,3	201 612,5	203 544,6
Défice em % PIB	-0,7%	-1,1%	-0,2%	-0,5%	-0,1%

<sup>(1)</sup> Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

**Quadro 5: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre**

Unidade: %

	2018T1	2018T2	2018T3	2018T4	2019T1
<b>Receita total</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>	<b>2,4</b>	<b>1,7</b>	<b>1,3</b>
Receita corrente	0,6	0,8	2,3	1,8	1,3
Impostos sobre o rendimento e património	0,5	-1,1	5,2	1,8	1,1
Impostos sobre a produção e importação	1,7	0,7	1,9	1,8	1,0
Contribuições sociais	0,7	1,1	0,9	2,1	1,3
Vendas	0,3	1,3	2,0	0,6	2,2
Outra receita corrente	-6,6	7,8	-1,0	1,2	3,1
Receita de capital	-1,7	-10,5	23,2	-0,6	0,3
<b>Despesa total</b>	<b>-4,3</b>	<b>1,4</b>	<b>0,4</b>	<b>2,4</b>	<b>0,6</b>
Despesa corrente	0,0	0,0	0,2	2,2	0,6
Prestações sociais	0,0	0,1	0,1	2,8	0,5
Despesas com pessoal	-0,4	-0,3	0,2	2,8	1,1
Juros	-1,6	-1,3	-2,1	-1,6	-1,3
Consumo intermédio	-0,3	1,4	1,3	1,0	-0,5
Subsídios	1,8	-0,9	-3,5	-4,5	0,0
Outra despesa corrente	4,8	-0,4	2,0	4,3	3,6
Despesa de capital	-44,6	25,7	2,9	4,9	0,7
Investimento <sup>(1)</sup>	2,2	4,2	4,1	1,2	0,5
Outra despesa de capital	-78,7	100,6	0,7	11,8	1,0

<sup>(1)</sup> Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

**Quadro 6: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas**

	1º trimestre de 2018		1º trimestre de 2019		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
<b>Receita total</b>	<b>18 849,3</b>	<b>39,2</b>	<b>20 013,1</b>	<b>40,0</b>	<b>6,2</b>
Receita corrente	18 701,6	38,9	19 862,6	39,7	6,2
Impostos sobre o rendimento e património	3 800,6	7,9	4 039,9	8,1	6,3
Impostos sobre a produção e importação	7 200,5	15,0	7 519,7	15,0	4,4
Contribuições sociais	5 359,5	11,1	5 676,4	11,3	5,9
Vendas	1 528,9	3,2	1 685,7	3,4	10,3
Outra receita corrente	812,1	1,7	940,9	1,9	15,9
Receita de capital	147,7	0,3	150,5	0,3	1,9
<b>Despesa total</b>	<b>19 336,4</b>	<b>40,2</b>	<b>19 834,6</b>	<b>39,6</b>	<b>2,6</b>
Despesa corrente	18 478,6	38,4	18 933,0	37,8	2,5
Prestações sociais	8 155,0	16,9	8 325,6	16,6	2,1
Despesas com pessoal	4 788,9	10,0	5 035,8	10,1	5,2
Juros	1 697,4	3,5	1 605,2	3,2	- 5,4
Consumo intermédio	2 400,1	5,0	2 348,8	4,7	- 2,1
Subsídios	175,7	0,4	175,3	0,4	- 0,2
Outra despesa corrente	1 261,5	2,6	1 442,4	2,9	14,3
Despesa de capital	857,9	1,8	901,6	1,8	5,1
Investimento <sup>(1)</sup>	679,3	1,4	699,2	1,4	2,9
Outra despesa de capital	178,6	0,4	202,4	0,4	13,4
<b>Saldo corrente</b>	<b>223,1</b>	<b>0,5</b>	<b>929,6</b>	<b>1,9</b>	
<b>Saldo total</b>	<b>- 487,1</b>	<b>- 1,0</b>	<b>178,5</b>	<b>0,4</b>	

<sup>(1)</sup> Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

O quadro 7 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 1º trimestre de 2019 com o período homólogo do ano anterior, verifica-se que tanto o saldo em contabilidade nacional como o saldo em contabilidade pública registaram melhorias. O valor de 1.714,2 milhões de euros registado em injeções de capital e assunção de dívidas foi destinado essencialmente a entidades do sector das AP, não

afetando o saldo agregado das AP. As restantes diferenças registadas nos aumentos entre estas duas óticas estão associadas ao ajustamento da delimitação setorial do setor das AP e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional incluem um ajustamento temporal visando aproximar o respetivo momento de registo do período da atividade que gerou a obrigação de pagamento.

**Quadro 7: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional**

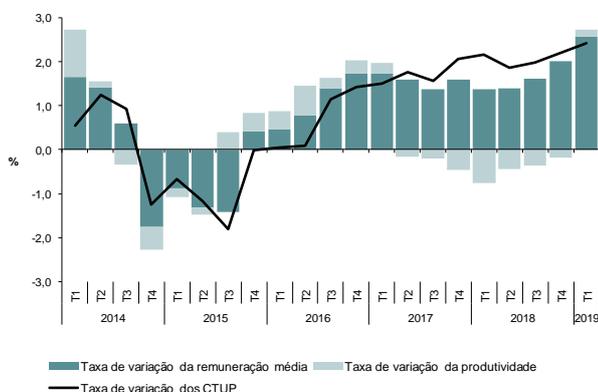
	Unidade: 10 <sup>6</sup> euros	
	2018T1	2019T1
<b>Saldo em contabilidade pública:</b>	<b>- 626,5</b>	<b>681,9</b>
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	673,8	1 370,3
Diferença entre juros pagos e devidos	- 62,4	106,1
Outros valores a receber:	- 669,7	-1 103,3
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 378,2	- 894,5
<i>Outros</i>	- 291,5	- 208,9
Outros valores a pagar:	171,2	272,3
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	- 144,0	- 172,4
<i>Outros</i>	315,2	444,6
Outros ajustamentos:	26,6	-1 148,8
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	- 514,9	-1 714,2
<b>Saldo em contabilidade nacional:</b>	<b>- 487,1</b>	<b>178,5</b>
PIB <sup>(1)</sup>	48 119,5	50 051,6
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-1,0%	0,4%

<sup>(1)</sup> Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

**Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 2,4%**

No ano acabado no 1º trimestre de 2019, os CTUP registaram um aumento de 2,4%, mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior. O crescimento dos CTUP foi determinado por um aumento da produtividade inferior ao da remuneração média.

Gráfico 5 - Taxa de variação dos CTUP (ano acabado no trimestre)



**Revisões das estimativas anteriores**

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. As contas trimestrais para o total da economia, publicadas a 31 de maio passado, foram também atualizadas. Embora as variações homóloga e em cadeia do PIB em volume se tenham mantido inalteradas, foi integrada uma nova versão do comércio internacional de bens que determinou uma revisão em baixa das importações e, em menor grau, em alta das exportações. Estas alterações tiveram consequências sobre algumas componentes do PIB, com particular incidência sobre o investimento e, dentro deste, da componente de variação de existências.

Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

### Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

**Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento** - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

**Consumo final** – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

**Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP)** – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

**Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)** – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

**Formação Bruta de Capital (ou Investimento)** – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

**Rendimento disponível** – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

**Rendimento Nacional Bruto (RNB)** – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

**Rendimentos de propriedade** – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

**Poupança** – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

**Produto Interno Bruto (PIB)** – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

**Setor institucional** – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

**Taxa de investimento** – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

**Taxa de poupança das Famílias** – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

**Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:**

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutra período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.